

Economistas defendem o "choque" argentino

O "choque heterodoxo" da economia, nos moldes do aplicado na Argentina há três meses, incluindo a reforma do padrão monetário e o congelamento dos preços e salários, foi defendido ontem, no VI Congresso Brasileiro de Economistas, pelo secretário de Governo de São Paulo, Luiz Carlos Bresser Pereira, pelo presidente do IBGE, Edmar Bacha e pelo professor da PUC do Rio, Francisco Lopes, autor da proposta e um dos assessores do governo Alfonsín na implantação do "choque". Os três defenderam ainda a adoção dos reajustes mensais

de salários, como forma de preservar o poder aquisitivo dos trabalhadores diante dos modestos resultados da política de combate à inflação empregada pelo Governo.

Bresser Pereira afirmou que "não há solução com um tratamento de choque da economia", lembrando os bons resultados que um programa deste tipo vem obtendo na Argentina. Lopes, criticando a falta de decisão política no combate mais "frontal" da inflação, disse que "os brasileiros ainda têm a ilusão de que conseguirão conviver com uma inflação na casa

dos 200%. Bacha concordou com a ausência, no momento, de condições políticas que dêem sustentação à uma medida desta natureza.

O caso argentino, em que o "choque heterodoxo" fez o custo de vida baixar 30% ao mês, em julho, para 1,5 em setembro, e fez com que a economia daquele país mantivesse certa estabilidade, segundo Lopes, que negou o aprofundamento da recessão devido ao programa.

Quanto aos salários, Lopes propôs um sistema de pré-fixação dos reajustes por um período de três me-

ses, com base na inflação média do trimestre anterior, de forma a reduzir a desfasagem entre salários e inflação. Bresser Pereira apoiou a idéia dos reajustes mensais, com como forma de promover com mais facilidade e desindexação da economia, requisito básico de um programa "heterodoxo".

Bacha, por sua vez, informou que o atual política salarial, com reajustes a cada seis meses, faz com que um salário de Cr\$ 1 milhão passe a valer apenas Cr\$ 570 mil, em termos reais, devido à ação, de uma inflação de 200%.